

Para Concessão de Subvenção

(Documentos que compõem o **item 01** do Relatório de Instrução processual para concessão de Subvenções)

Cumprimento: Entidade

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Ofício ao Órgão Público pedindo liberação do repasse.
2	Lei específica do repasse (se houver), contendo identificação da entidade conveniada, valor e sua destinação.(Lei 5.000 de 23/12/2023)
3	Demonstrativo dos custos apurados para estipulação das metas e do orçamento. (Planilha de Custo total da Entidade
4	Plano de trabalho conforme estabelecido no § 1º do art.116 da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93, devidamente aprovado.
5	Declaração Enquadramento de caráter suplementar até 49% das despesas de custeio, conforme Lei Municipal nº. 3.547/2007 Art; 5ª § Único
6	Inscrição da entidade conveniada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ)
7	Estatuto Social registrado da entidade convenia
8	Ata de eleição da Entidade registrada em cartório
9	Quadro de dirigente da entidade conveniada
10	Cópia da CI e CPF e comprovante de residência do Presidente, Vice e do Tesoureiro da entidade.
11	Declaração de que a Entidade conveniada não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos.
12	Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por a finidade.
13	Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título pela conveniada, com recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiro ou parentes até segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.
14	Certidão Negativas de Tributo Federais (RFB).
15	Certidão negativa de débitos com o FGTS .
16	Certidão Negativas Municipais.
17	Certidão Negativa de Tributos Estaduais.
18	Certidão Negativa de Débito Trabalhista.
19	Declaração de Mão de Obra Voluntária.
20	Relatório de Atividades da entidade.
21	Declaração da conta bancária para recebimento do recurso.